

Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo¹

Flávia Martinelli Ferreira²
ORCID: 0000-0002-2539-6262
Ingrid Dittrich Wiggers²
ORCID: 0000-0001-5412-7021

Resumo

Os parques infantis foram instituições implantadas na década de 1930, na cidade de São Paulo, que pretendiam promover a socialização de crianças em seu tempo livre, oferecendo especialmente atividades recreativas, artísticas e culturais. Esses parques estavam circunscritos nas mudanças de pensamento a respeito da vida na cidade, provocada por novos ideários educacionais e higiênicos daquele período. Para contribuir com o entendimento da temática, este trabalho teve como objetivo buscar compreender as noções de urbanidade e infância que nortearam esse projeto político-educacional, por meio de uma pesquisa bibliográfica sistemática de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos na USP e na Unicamp. Os parques infantis foram entendidos nas fontes analisadas como um espaço e um tempo de sociabilidades entre as crianças, bem como de encontros e desencontros entre as culturas produzidas no universo infantil e as culturas do mundo adulto. Esse caráter ambíguo é assinalado nas pesquisas que abrangeram tanto seu viés disciplinador quanto sua forma de expressão da cidadania e de difusão cultural. Sobretudo, é possível afirmar que os parques infantis se configuravam como importantes na construção da experiência corporal das crianças, considerando a ênfase em práticas educativas relacionadas ao corpo.

Palavras-chave

Infância – Cidade – Urbanidade – Parques infantis.

1- O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, da bolsa de Pós-doutorado Sênior – PDS – Processo: 167644/2013-0 de Agosto de 2014 a Julho de 2015 e é parte do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) no Edital 08/2016 – Processo: 0193-001168/2016.

2- Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil. Contatos: flaviamartinelli@uol.com.br; ingridwiggers@gmail.com.



DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201945194024>
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY-NC.

Childhood and urbanity in São Paulo city's playgrounds

Abstract

Playgrounds were deployed in the 1930s, in São Paulo city, aiming at promoting the socialization of children during their free time, especially by offering recreational, artistic and cultural activities, in the context of the changes of thought regarding life in the city, provoked by the new educational and hygienic ideas of that period. To contribute to the understanding of the subject, this work aimed to understand the notions of urbanity and childhood that guided this political and educational project, by means of a systematic bibliographical research of doctoral dissertations, master's theses and undergraduate theses developed at USP and Unicamp. Playgrounds were understood in the sources analyzed as a space and a time of sociability among children, as well as agreements and disagreements between the cultures produced in the universe of children and the cultures of the adult world. This ambiguous character is pointed out in the study, which covered both their disciplinary bias and their form of expression of citizenship and cultural diffusion. Above all, playgrounds were important in the construction of children's bodily experience, considering the emphasis on educational practices related to the body.

Keywords

Childhood – City – Urbanity – Playgrounds.

Não será melhor transformar esses canteiros em 'playgrounds' ou terrenos para jogos, com areia, gangorras, barras fixas e todo esse variadíssimo arsenal do recreio organizado moderno?

Luiz de Anhaia Mello³

Por dentro da cidade de São Paulo

As primeiras décadas do século XX marcaram um período de intensas transformações em São Paulo, principalmente na tentativa de organizar e redesenhar o espaço urbano. O anseio de modernização, de acordo com preceitos de cidades europeias e americanas, vinha a cabo por meio da arborização da região central, aterramento das várzeas, expansão de ruas e avenidas, construção de pontes, prédios e edifícios, bem como da criação de novas

3- Mello (1929, p. 26).

instituições educacionais (ROCHA, 2003). Nesse período – enquanto São Paulo não se apresentava como uma cidade tão povoada quanto veio a se tornar – havia um grande cinturão de chácaras preenchendo seus vazios urbanos. Portanto, era possível imaginar que essas áreas ainda ofereciam uma representação acerca da vida rural, mesmo com o surgimento desse novo imaginário urbano. A perspectiva da natureza a ser reinventada a partir de novos contornos urbanos tinha os parques privados e os bairros-jardins como suas maiores expressões (DALBEN, 2016).

Partindo de inquietações como o acelerado crescimento da cidade de São Paulo e a rotina de intenso trabalho nas grandes cidades, no ano de 1929, Luiz de Anhaia Mello publicou o artigo *Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas*, baseado na premissa de que um dos principais objetivos do urbanismo moderno era restabelecer o contato entre o homem e a natureza, a partir de um sistema geral de recreio ativo e organizado nas cidades (TIMÓTEO, 2007).

Congregados aos novos ideais, urbanistas como Anhaia Mello baseavam-se no ideário médico para combater e excluir um modo de vida considerado sujo, associado à pobreza e à imundície. Os usos e espaços da cidade eram regulamentados desde arranjos urbanístico-arquitetônicos até novas relações interpessoais que se desenhavam nesses ambientes. Era preciso incutir na população que a higiene era, antes de tudo, uma nova forma de viver, que requeria outros hábitos e comportamentos perante a vida em sociedade. Essa moral higiênica seria alcançada com novas formas de educar e distintas relações com o ambiente escolar (GOIS JR., 2005; ROCHA, 2003).

Tidos como ambientes que suprimiriam adequadamente o espaço da rua, local de corrupção moral no qual as crianças se divertiam sem que houvesse um acompanhamento profissional, os parques infantis justificaram-se como uma medida que, ao preencher o tempo não escolar e de trabalho das crianças, proporcionariam um local específico para as intervenções médico-educativas. Esses parques organizavam e construíam, na cidade, um espaço no qual os elementos da natureza seriam cientificamente readequados, com o objetivo de intensificar seus efeitos curativos e preventivos sobre os corpos infantis (DALBEN, 2009).

Desse modo, os parques infantis foram implantados na década de 1930, em São Paulo, visando a promover a socialização de crianças em seu tempo livre, oferecendo especialmente atividades recreativas, artísticas e culturais. Tais parques estavam, portanto, circunscritos nas mudanças de pensamento a respeito da vida na cidade, provocadas por novos ideários educacionais e higiênicos daquele período. Por isso, muito embora sejam considerados instituições extraescolares, são parte de uma política pública para assegurar o direito à educação. Sobretudo, porque diante do número reduzido de instituições de educação infantil existentes em São Paulo na época, é possível afirmar que esses espaços foram os principais responsáveis pela construção da pedagogia infantil na cidade (FARIA, 1993, 1995, 1999a).

As propostas de urbanização e modernização da cidade significaram, portanto, alterações no ritmo de vida das pessoas e o surgimento de novos modos de circulação, recreação e educação. Diante disso, é possível questionarmos: de que modo pretensões relacionadas à urbanidade e à criação dos parques infantis em São Paulo alteraram as experiências das crianças que se encontravam nesses espaços? Para contribuir com o entendimento da

temática, este trabalho teve como objetivo buscar compreender as noções de urbanidade e de infância que nortearam esse projeto político-educacional. Dessa forma, produziu-se uma pesquisa bibliográfica sistemática de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos na Universidade de São Paulo – USP e na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, que investigaram os parques infantis de São Paulo⁴, observando-se a palavra-chave parques infantis em seus títulos e resumos.

Trabalhos acadêmicos, livros e artigos são considerados tradicionalmente, para além de literatura a ser revisada, como fontes primárias de pesquisas científicas. Ao mesmo tempo se observa, atualmente, em abordagens qualitativas, uma tendência à sistematização da análise de fontes literárias, o que pode gerar sínteses interpretativas e criativas (RAPLEY; REES, 2018). A abordagem sistemática da literatura científica a respeito de um tema transpassa a simples organização e resumo dos achados de pesquisas, produzindo novas categorias de análise e até mesmo outros modelos conceituais e teorias, que se tornam bases para futuros trabalhos de caráter empírico. O presente artigo procurou orientar-se adequadamente em torno de uma metodologia sistemática, que envolveu tomada de decisões a cada passo, bem como retomadas de procedimentos e busca por um caminho de contornos definidos. Além disso, a pesquisa de fontes acadêmicas envolveu diversos procedimentos, que foram realizados de forma articulada e combinada, visando a obter-se um corpo bibliográfico tanto mais abrangente quanto possível.

Conforme anteriormente assinalado, partiu-se de uma busca por meio da palavra-chave parques infantis nos catálogos das bibliotecas da USP e da Unicamp, considerando o provável interesse de ambas as instituições pelo tema. Ao observarmos uma quantidade satisfatória de trabalhos disponíveis nesses acervos, seguiu-se para os bancos de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, o que nos levou à decisão de priorizarmos essas fontes como base. O termo foi encontrado⁵ em um total de 25 produções, abrangendo o período de 1978 a 2016. Desse total, 22⁶ foram estudadas e organizadas nos eixos de interpretação propostos neste artigo, quer sejam, a urbanidade e a infância, compondo um escopo de seis teses – USP (3) e Unicamp (3) – treze dissertações – USP (9), Unicamp (4) e três trabalhos de conclusão de curso (Unicamp). Em adição, compõem este trabalho outras produções a respeito do tema, como artigos, capítulos de livros ou livros, que complementaram o processo de interpretação. Essas últimas foram sendo gradativamente localizadas nas citações dos próprios textos lidos.

A partir do referido mapeamento de produções, destacamos que há uma diversidade de trabalhos orientados por vários interesses: arquitetura escolar, formação de professores, dinâmica cultural infantil nesses espaços, bem como práticas educativas e educação do corpo. A leitura das fontes selecionadas, por sua vez, procurou destacar os elementos presentes nos trabalhos que permitissem a compreensão dos temas urbanidade e infância,

4- Embora a implantação dos parques infantis tenha sido mencionada no início deste trabalho na cidade de São Paulo, a pesquisa bibliográfica contida neste texto abordou também estudos cuja temática trata de sua interiorização em cidades como Ribeirão Preto e Campinas – SP.

5- Os trabalhos foram selecionados em buscas nos repositórios disponíveis *online* e em visitas às bibliotecas das universidades. Devido à data de sua publicação, alguns trabalhos não estão disponíveis em formato digital.

6- Três produções, ainda que atendessem aos critérios de seleção pelas palavras-chave, não versavam especificamente sobre a temática e por isso não foram analisadas nos eixos de interpretação propostos neste trabalho. Contudo, encontram-se nas referências: Leme (2008); Santos (2005); Ferreira (2001).

de modo articulado, gerando uma interpretação transversal das obras em torno dessas categorias. Salientamos que, em parte, foram atendidos e adaptados os critérios propostos por Coffey (2014) para análise de documentos, priorizando-se referencial teórico, metodologia, bem como principais resultados e análises. Descreveram-se ainda relações entre os trabalhos analisados, levando em conta o ano de produção, o orientador e as suas repercussões em forma de publicações.

Diante do objetivo do trabalho, apresentaremos a seguir as produções analisadas a partir do eixo urbanidade, que de certa forma atravessa a variedade temática das pesquisas e ao mesmo tempo oferece uma linha de interpretação que possibilita uma visão abrangente desse fenômeno educacional histórico.

A urbanidade e os parques infantis

Para que a natureza estivesse presente no espaço da cidade, duas direções eram apontadas por Anhaia Mello: a ideia de levar a cidade para o campo, com a implantação de cidades-jardins ou ainda trazer o campo para a cidade, organizando um sistema de recreio. As noções de recreio ativo e organizado foram estudadas por Timóteo (2008) e tal qual destaca a autora, Anhaia Mello participou da implementação de vários projetos, como é o caso dos parques infantis, no período da administração de Fábio Prado (1934-1938). Ao considerar difícil a adaptação da cidade de São Paulo aos princípios de organização da cidade-jardim, o urbanista defendeu a implantação de um sistema de recreio ativo e organizado como uma solução rápida – ainda que provisória – para trazer o campo para a cidade. Em consonância, os parques inúteis – assim considerados os espaços públicos sem uma proposta de lazer dirigido – deveriam ser substituídos, portanto, por áreas munidas dos equipamentos dispostos pelo recreio ativo e organizado, gerado sob o ideário da modernidade.

Esse sistema geral de lazer tinha como intenção dotar os espaços urbanos de arsenais de lazer para a prática de ginástica e brincadeiras infantis, agregando a beleza de verdes áreas planejadas. Essa perspectiva de trazer o campo para a cidade, bastante praticada pelo urbanismo inglês, defende que a urbe não deveria se expandir infinitamente, mas sim conservar uma escala humana de expansão (ARASAWA, 1999). Essa política cultural desenvolveu-se na cidade de São Paulo, sob a administração do prefeito Fábio Prado, que criou o Departamento de Recreação e Cultura, nomeando Mário de Andrade seu primeiro diretor (ABDANUR, 1992, 1994). Desse modo, os parques infantis – ou, ainda, “parques de jogos”, “clubes para menores operários” e “centros recreativos”, como discrimina Bartalini (1999) – para além do embelezamento das cidades, com suas árvores, parquinhos e jardins, eram parte de um projeto constituído a partir de elementos de um processo civilizador, de cura do corpo e da alma daqueles que viviam nas cidades, sendo os assuntos urbanos, além de tudo, pautas médicas e sanitaristas de primeira ordem (MAGALHÃES, 2008).

A primeira pesquisa identificada acerca dos parques infantis, datada de 1978⁷, consistiu de um levantamento bibliográfico, que apontou um número reduzido de trabalhos sobre a pré-escola (FONSECA, 1978, 1981, 1985). O autor debruçou-se nos estudos a

7- A dissertação de mestrado de João Paulo da Fonseca foi publicada em formato de livro, em 1981, com o título: *Educar, assistir e recrear – um estudo de objetivos da pré-escola*.

respeito das crianças para descobrir o motivo pelo qual seu atendimento era iniciado, em geral, somente aos sete anos de idade. Consultou o jornal *O Estado de São Paulo* de 1935 a 1938, ou seja, período que representou o ano de fundação dos parques até o ano de implementação do Estado Novo, fato que assinalou a decadência dessas instituições. Em suas publicações, o citado pesquisador concluiu que os fenômenos que exerceram maior influência na implementação dos parques infantis foram a industrialização e a urbanização. Seus estudos demonstraram, por fim, o desejo de que tais parques se constituíssem como reservas infantis, devolvendo à criança o que ela havia perdido com a intensa urbanização e a cidade moderna.

Encontramos discussões a respeito do lazer na cidade de São Paulo a partir das demandas criadas por uma sociedade urbano-industrial em algumas publicações (NIEMEYER, 2001, 2002). Nesse ínterim, os parques infantis são considerados pelo autor como uma experiência de lazer organizado na cidade, influenciados por um projeto modernizador e pelas propostas do escolanovismo. Destacamos que as primeiras interpretações a respeito dessas instituições em consonância com o fenômeno urbano estão disponíveis na obra do autor. Além das considerações acerca das práticas voltadas ao lazer, esse retrata a ascensão de tais espaços principalmente entre os anos de 1954 e 1960, período em que foram construídos 61 parques.

Em contraste, o esvaziamento dessa proposta também é problematizado pelo mesmo pesquisador, considerando outras medidas que modificaram a ocupação dos parques infantis, antecipando o formato pedagógico de futuras classes pré-escolares, que se estabeleceu a partir da década de 1970. Esse esvaziamento ilustra a desarticulação de um ambicioso projeto de educação integral que, ao mesmo tempo, carregava revolucionárias propostas como as da Escola-Classe e Escolas-Parques idealizadas por Anísio Teixeira nos anos 1950 e enfraquecia os parques infantis, sem devolver a eles sua função de instituição educacional complementar (NIEMEYER, 2002).

De maneira análoga a essas produções, Filizzola (2002) entende que esses se caracterizavam como uma instituição extraescolar, que tinha como intuito organizar o lazer das crianças filhas de operários, ofertando atividades educativas, recreativas e assistenciais. Para analisar tais instituições, destacou que são necessários estudos que exponham o contexto histórico de reorganização do espaço urbano e, portanto, trouxe em suas contribuições uma tentativa de recompor o panorama dos processos de industrialização da cidade de São Paulo.

As relações estabelecidas entre os parques infantis e o projeto de nação idealizado pela classe dominante paulista encontram explicações a partir de um caráter ambíguo atribuído às instituições, com atitudes fortemente moralizadoras e com grande potencial formativo (GUEDES, 2006). Em vistas a apresentar as condições de produção de um álbum fotográfico dos parques infantis, elaborado em 1937, além de sua materialidade e circulação, Silva (2008) desenvolveu uma pesquisa de caráter histórico a partir desse objeto de estudo. Suas fontes ajudam-nos a compreender que essa publicação iconográfica era parte de uma estratégia de publicidade operada pelo governo da época, com o intuito de divulgar essas instituições, consideradas como o projeto de maior relevância desenvolvido pelo Departamento de Recreação e Cultura.

A historicidade desses parques é também assinalada na pesquisa desenvolvida por Wilderom (2014), que buscou analisar os espaços educacionais da cidade de São Paulo, desde o ano de 1935 até 2013. A longa trajetória de estudo da autora compreende a produção de equipamentos públicos educacionais, a partir da criação do Departamento de Recreação e Cultura e dos Parques Infantis dos bairros operários de São Paulo até os Centros Educacionais Unificados (CEU), atualmente em funcionamento na periferia de São Paulo. Nesse sentido, os espaços educacionais são entendidos pela autora como intervenções urbanas, ou seja, equipamentos indutores de urbanidades. O urbano, nesse sentido, para além da composição espacial das cidades, é um processo que integra a mobilidade espacial da vida cotidiana.

Seguindo caminhos que buscavam compreender os discursos médicos em relação à natureza brasileira, para distinguir o ambiente urbano e o rural, Dalben (2009) produziu sua pesquisa traçando relações entre os movimentos sanitarista, higienista, eugenista e a educação física. Essas relações entendiam a natureza como um ambiente ideal para a cura e a prevenção de doenças, além do fortalecimento e da educação do corpo, por meio de exercícios físicos como a ginástica, o esporte e os jogos. Segundo o autor, essas instituições extraescolares foram importantes para manter a proximidade da educação com esse imaginário de natureza curativa (DALBEN, 2009).

Os estudos na cidade de São Paulo foram complementados, anos mais tarde, com pesquisas acerca da interiorização dos parques infantis em outras cidades do Estado de São Paulo, como Ribeirão Preto e Campinas. Pautados em um discurso modernizante orientado com vistas a proporcionar às crianças da cidade recreação, cuidados higiênicos e práticas educativas relacionadas à educação física, esses espaços foram instituídos na cidade de Ribeirão Preto, em 1961. Tais instituições vigoraram ativamente até 1980, quando se transformaram em escolas básicas de primeiro grau (PRANDI, 2015; FONSECA, FERREIRA, PRANDI, 2015).

Empenhado em compreender as práticas de lazer nos parques infantis, Pizani (2012) dedicou seus estudos ao município de Campinas. O funcionamento e a organização desses parques infantis na cidade foram delineados pelo autor, discutindo principalmente o papel da educação física e da recreação na constituição de um projeto relacionado ao lazer, no período entre 1940 e 1960. O cenário histórico e sociocultural campineiro, para o autor, além das mudanças previstas pelo Plano de Melhoramentos Urbanos⁸, auxiliaram na instalação desses espaços na cidade, atuando na ocupação do tempo livre das crianças.

Diante do exposto, corroboramos a respeito dos sentidos atribuídos aos parques:

O olhar sobre a cidade como o oposto do ambiente natural tornava-se inevitável e o urbano, visto como local de degenerescência, de imundices, corroborava a perspectiva de que um parque, repleto de elementos naturais, seria um ambiente adequado para esse retorno, visando unir a

8- Em 1934, Francisco Prestes Maia – engenheiro urbanista – foi contratado pela Prefeitura de Campinas – SP para criar o Plano de Melhoramentos Urbanos da cidade, também conhecido como Plano Prestes Maia. O plano teve seu início em 1938 e foi finalizado somente na década de 1960. De acordo com Rodrigues (2011), o plano mudou as feições urbanas de Campinas, implementando um planejamento associado à racionalidade, ao progresso e à modernidade.

natureza aos preceitos científicos da higiene para assegurar a saúde e educação dos futuros cidadãos. (DALBEN, DANAILOF, 2009, p. 166).

Essas instituições são apresentadas a partir de ambiguidades como o progresso e o atraso, o antigo e o novo ou, ainda, o presente e o passado, pois estão constantemente sendo ressignificadas e adotadas tanto como “um refúgio na história brasileira e um abrigo de cuidados com o corpo adequados aos modernos preceitos de higiene e de educação” (DALBEN, DANAILOF, 2009, p. 164). Frente ao processo de urbanização, os parques infantis foram considerados como um espaço profícuo para a vida nas cidades, a partir de uma natureza construída e organizada para o urbano.

Algumas especificidades do episódio brasileiro de estabelecimento das cidades, das casas e das ruas são delineadas por Da Matta (1997), em obra intitulada *A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Para o autor, a casa e a rua não representam somente ordenações do espaço físico ou espaços geográficos. Sob outra ótica, são domínios culturais institucionalizados que conferem emoções, reações e imagens emolduradas, apresentando-se como categorias dignas de interesse sociológico.

No entanto, ao propor reflexões acerca do urbano, Delgado (1999) transcende os limites da cidade em termos territoriais. Para o autor, em algumas cidades, a urbanidade como forma de vida é quase inexistente. A complexidade das cidades pode ser explicitada a partir dessa distinção entre a cidade e o urbano. Assim, conclui-se que a cidade não representa o urbano. A cidade é uma composição espacial definida pela população e por um conjunto de construções. O urbano, por sua vez, é definido como um processo que consiste em integrar a mobilidade espacial da vida cotidiana até um ponto em que essa torna-se estruturante do urbano (DELGADO, 1999). Considerando a noção de urbanidade exposta acima, entendemos que os parques infantis da cidade de São Paulo nos apresentaram propostas que alteraram os modos de circulação, recreação e educação das crianças, de modo complementar às sugeridas urbanizações e modernizações do espaço citadino na época.

Ao configurar um olhar atento e específico acerca das dinâmicas relacionais e urbanas que se estabeleceram na cidade de São Paulo, apresentamos uma análise sobre a produção bibliográfica anteriormente assinalada, envolvendo os parques infantis e a urbanidade. Por conseguinte, destacamos que pensar essas instituições a partir da noção de urbanidade se tornou não só uma possibilidade quanto uma necessidade para a compreensão desses espaços. Expostas as contribuições produzidas alusivas à urbanidade, indicaremos no tópico a seguir outras produções considerando o eixo infância, que igualmente se destacou no processo de interpretação das fontes.

Infância e práticas corporais nos parques infantis

Como dito no tópico anterior, Fonseca (1978, 1981, 1985) afirma que os aspectos que mais influenciaram a implementação dos parques infantis foram a industrialização e a urbanização. Além de tratar das questões relativas às urbanidades, seus estudos tangenciam a constituição desses como reservas infantis, intencionalidade essa relativa à infância, que devolveria à criança da cidade o que ela havia perdido com a intensa urbanização.

A infância é conceituada por James e Prout (1997) como um conjunto ativo de relações sociais, constituídas ainda nos primeiros anos de vida humana. Um exemplo desse conjunto ativo de relações sociais é estudado por Fernandes (1961) nos anos 1940, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. O autor apropriou-se das organizações das crianças em grupo, as trocinhas, ao que chamou também de culturas infantis e, desse modo, concluiu que essas possuem elementos aceitos da cultura dos adultos e elementos elaborados pelas próprias crianças. Por conseguinte, entendemos que as culturas infantis não são:

[...] algo que as crianças carregam ao redor de suas cabeças para guiar seus comportamentos. Cultura de pares é pública, coletiva e performativa, isto é: um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores, e preocupações que crianças produzem e compartilham em interação com pares. (CORSARO, 1997, p. 95).

A tese de doutorado de Faria (1993, 1999b) estabelece o marco inicial dos trabalhos relacionados especificamente às produções culturais infantis nos parques infantis. Seu tema de pesquisa é definido pelo estudo das produções do intelectual Mário de Andrade, das políticas de administração pública do município de São Paulo, bem como das crianças de família operária que frequentavam os parques. De acordo com a autora, novas formas de atenção às crianças pobres foram experimentadas nessas instituições, consideradas como espaços adequados para a educação das crianças, que assim viriam a ser adultos mais adaptados à sociedade do trabalho.

Os modos de desencadeamento da educação da infância em espaços extraescolares, em especial, os espaços estudados neste artigo, direcionavam as crianças aos propósitos de regeneração, civilização e nacionalização da época, como já mencionado (BERTO; FERREIRA NETO; SCHNEIDER, 2009). A infância representada no período, portanto, é aquela sobre a qual se depositavam esperanças de um futuro melhor, que objetivava a elevação da nação para o plano de país desenvolvido e de seus filhos, para uma raça pura, com homens novos, civilizados e preparados para o progresso.

No entanto, havia uma pluralidade de intenções passíveis de serem destacadas nessas instituições e as ambiguidades das estruturas e de seus usos. Embora os parques infantis tivessem a intenção de disciplinar o lazer da classe operária, esses também garantiam a ela o direito ao tempo livre, por meio do espaço público destinado a esse fim. Da mesma forma, Faria (1993, 1999b) considera que para a criança esse direito assume proporções ainda maiores, pois o espaço destinado à recreação poderia ser entendido como uma forma de garantir o direito à própria infância.

Em entrevistas realizadas nesses parques, hoje nomeados e em funcionamento como escolas de educação infantil na cidade de Campinas, Tonolli (1996) destacou os relatos de documentos que foram queimados por falta de espaço para o seu arquivo e memória. Ainda assim, a autora encontrou uma quantidade significativa de materiais analisados em seu trabalho. A falta de organização dos documentos foi, da mesma maneira, relatada por Ferreira (1996). A autora justifica que a ausência de um arquivo histórico da Secretaria Municipal de Educação (SME) é um obstáculo para os pesquisadores. Isso significa que o empenho de ambas ainda deve levar em consideração a falta de precisão dos acontecimentos, explicados pela ausência de registros. De qualquer maneira, o comprometimento em apresentar as

contribuições dos parques infantis instalados no município de Campinas no que tange às questões relacionadas à criança e à educação infantil na cidade deve ser ressaltado.

Em complementaridade, Paula (2003) utilizou-se de recortes de jornais para estudar a linguagem corporal das crianças pequenas do parque infantil Celisa Cardoso do Amaral, igualmente localizado em Campinas, em seus primeiros dez anos de funcionamento (1942-1952). Nos recortes examinados, os jornais destacavam esses espaços como um imperativo de grandes cidades, justamente pelo aumento impensado e rápido da população e das famílias que não encontravam na cidade suas moradias antes espaçosas e com grandes quintais. Em suas considerações finais, a área destinada a esses parques foi destacada como fundamental para permitir vivências corporais, diferenciando-se do espaço da escola que tende a priorizar uma “docilização do corpo” (PAULA, 2003).

Cabe reiterar, no entanto, que os parques infantis eram pautas médicas e sanitaristas, estando circunscritos a um projeto de *cura* do corpo e da alma, como ressaltado por Magalhães (2008). Além disso, a natureza era entendida como o ambiente necessário para a prevenção de doenças e o fortalecimento do corpo, por meio de exercícios físicos como o esporte, os jogos e a ginástica. Como mencionado anteriormente, essas instituições tinham como objetivo manter as práticas educativas próximas a esse imaginário de natureza curativa (DALBEN, 2009). Diferenciar esses espaços de outros, tais quais a escola – caracterizada pela docilização do corpo – requer, por conseguinte, estudos aprofundados e apropriações cuidadosas.

A coleção de desenhos infantis de Mário de Andrade, com documentos elaborados nos parques infantis e na biblioteca infantil, também foi objeto de pesquisa (COUTINHO, 2002). Para situar Mário de Andrade e sua coleção na gênese do estudo dos desenhos infantis, a autora realiza uma exaustiva catalogação informatizada dos desenhos encontrados, desenvolvendo também uma análise iconográfica destas imagens. A partir desse trabalho, a autora entende que foi possível reconstruir e reinterpretar as intenções de Mário de Andrade ao colecionar esses desenhos infantis.

Outra análise dos desenhos infantis da coleção de Mário de Andrade foi produzida por Gobbi (2004). Os desenhos foram abordados pela pesquisadora como documentos, devido à sua importância e o entendimento de que as crianças são produtoras de saberes. A partir da leitura de sua tese, é possível sobressair o empenho da autora em situar os discursos que compunham as ações de Mário de Andrade. De maneira particular em relação aos trabalhos publicados até então, Gobbi (2004) expressa uma abordagem de caráter etnográfico nas ações de Mário de Andrade. Com isso, a autora apresenta os desenhos considerando não apenas as vozes das crianças, mas também olhares diferenciados sobre as diversas formas de ser criança e suas manifestações culturais. Os parques infantis são entendidos, nesta tese, como territórios privilegiados em que se encontravam a fusão entre a estética dos projetos modernistas e a ideologia que concebia os espaços extraescolares de educar as crianças.

As manifestações artísticas das crianças frequentadoras dessas instituições entre os anos de 1937 e 1938 também foram estudadas por meio das fotografias de Benedito Junqueira Duarte (BRITO, 2016). Em síntese, podemos depreender que esses espaços

eram envolvidos com o atendimento de crianças das camadas populares, que recebiam assistência médica e tinham contato com a arte e a cultura.

Os parques infantis da cidade de São Paulo foram enfocados em outra publicação, em vistas a compreendê-los como elementos significativos de análise da educação do corpo das crianças (DANAIOLOF, 2006). Segundo a autora, nesses espaços, as crianças tinham alteradas suas experiências infantis, sobretudo no que se refere à educação do corpo. A educação do corpo é definida por ela como formas de educação instituídas nos espaços que se encontram os sujeitos, dialogando em seu estudo com as categorias de tempo e espaço, entendendo que cada época marca os corpos de maneira singular. A pesquisadora acrescentou ainda a análise das produções culturais infantis, levando em conta a urbanidade, discutida anteriormente. “A urbe era a expressão bela e cruel da industrialização, do número elevado de migrantes nas ruas, da pobreza e da falta de estrutura para acolher e dar assistência à população mais pobre e, sobretudo, às crianças.” (DANAIOLOF, 2006, p. 8).

A proposta de urbanização e modernização da cidade, para Danailof (2006), ditava novos ritmos e modos de circulação, habitação e recreação nesses espaços. Portanto, salientamos as relações entre a urbanidade e as culturas infantis nos estudos relacionados aos parques infantis.

Para além disso, consideramos que as análises empreendidas nos apresentam duas possibilidades, quer sejam, a de um caráter disciplinador e autoritário ou ainda uma forma de difusão cultural como expressão da cidadania presente nessas instituições. As ações que constituíam esses espaços educativos foram analisadas por Danailof (2006), Guedes (2006) e Dalben (2009) com intenções de implantar uma identidade nacional aos filhos de imigrantes, docilizando seus corpos infantis para o trabalho nas fábricas. Nesse conjunto de pesquisas, que inclui outros trabalhos como Sandroni (1988) e Raffaini (2001), os parques infantis são entendidos também como forma de controle social em vistas a prevenir a criminalidade e o ócio delinquente das crianças.

Por outro lado, são também entendidos como instituições responsáveis pela universalização do acesso à cultura e à educação a partir de brincadeiras e de atividades artísticas (FARIA, 1993; NIEMEYER, 2002; FILIZZOLA, 2002; GOBBI, 2004). Até então, os direitos à educação e à arte eram negados a uma parcela da população, sendo essas instituições pioneiras em suas ações que promoviam intervenções a favor de transformações na sociedade, conectando pesquisa e difusão cultural nesse empenho (DALBEN, 2016).

Por fim, destacamos que as pesquisas estudadas apresentam uma diversidade de discursos vigentes na época, que ratificavam as duas possibilidades antes apresentadas para a compreensão dos parques infantis. Para Niemeyer (2002), é justamente a dualidade dessas instituições – ora de caráter progressista, ora conservador – que possibilitou que tais espaços fossem criados e propagados em contextos de diferentes gestões municipais e sob diversas políticas. Sobretudo, as produções bibliográficas selecionadas auxiliaram-nos a elucidar as intersecções em relação à urbanidade e à infância nas referidas instituições de São Paulo. Em um último ensejo, reuniremos as interpretações elaboradas nas considerações finais a respeito do tema pesquisado.

Os parques infantis de São Paulo: infância e urbanidade articuladas

Com o intuito de buscar compreender as noções de urbanidade e infância que nortearam os parques infantis, este artigo propôs-se a analisar as produções identificadas por meio de uma pesquisa bibliográfica sistemática de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos na USP e na Unicamp. De modo geral, os parques infantis foram entendidos nas fontes analisadas como um espaço e um tempo de sociabilidades entre as crianças, bem como de encontros e desencontros entre as culturas produzidas no universo infantil e as culturas do mundo adulto. Esse caráter ambíguo é assinalado nas pesquisas que abrangeram tanto seu viés disciplinador quanto sua forma de expressão da cidadania e de difusão cultural.

A cidade é um corpo de costumes e tradições organizados para além de um amontoado de homens individuais (PARK, 1987). Desse modo, pode ser entendida como algo maior que a soma de suas instituições e dispositivos administrativos; os processos culturais e os usos das pessoas compõem esses espaços com a sua natureza humana. Há, portanto, um processo cultural e histórico que envolve as cidades e mantém, de alguma forma, o passado em contato com o presente. Por essa razão, o autor advoga que as cidades são um laboratório que deve ser estudado, considerando a natureza humana e os processos sociais que nela ocorrem.

Nesse sentido, as pesquisas aqui apresentadas alternam ora considerações acerca da inserção dos parques infantis na cidade (PIZANI, 2012; PRANDI, 2015; FONSECA; FERREIRA; PRANDI, 2015), ora análises a respeito da urbanização da cidade de São Paulo, concomitante à construção dos mesmos no referido período, assinalando, além disso, a pluralidade de sua arquitetura e de seus usos (TIMÓTEO, 2008; BARTALINI, 1999; ABDANUR, 1992, 1994; NIEMEYER, 2001, 2002; WILDEROM, 2014; GUEDES, 2006; DALBEN, 2009).

Muito embora tenham sido apontadas peculiaridades controversas a respeito do caráter dessas instituições, observamos que, de distintos modos, todos os trabalhos referem-se às práticas culturais relacionadas à educação, quer seja pensando os espaços organizados intencionalmente nos parques infantis ou as práticas pedagógicas que lá se desenvolviam. Sobretudo, é possível afirmar que esses parques se configuravam como importantes na construção da experiência corporal das crianças, levando em conta a ênfase em práticas educativas relacionadas ao corpo.

A memória é algo que marca a experiência e constrói nossa identidade. Essas experiências podem ser reencontradas no tempo, por meio de documentos ou outros vestígios que conferem novas perspectivas e até diversos pontos de vista mais amadurecidos. Desse modo, Gobbi (2012, p. 220) ressalta que: “[...] sabendo não se poder voltar mais atrás, transformando os Parques num lugar idílico para a infância, pode-se, com isso, construir projetos outros que estão ainda se desmembrando em festas, estudos, vídeos e em novas pesquisas.”

Nesse sentido, destacamos a sobrepujança de pesquisas que perpassam questões acerca da memória de instituições educacionais, como os parques infantis.

A infância é uma categoria permanente e essencial na estrutura das sociedades. É um período que não se conserva inflexível, porque é o resultado de ações sociais econômicas, políticas, tecnológicas e culturais (QVORTRUP, 2010). Com isso, modifica-se ao longo da história ao mesmo tempo em que permanece enquanto categoria, constituindo discursos acerca da transição da infância de um período histórico para outro como algo bastante significativo.

As pesquisas aqui apresentadas conjecturam, por um lado, a respeito de discursos e práticas sociais arquitetadas a partir de uma imagem mitificada acerca das crianças e de uma concepção homogênea a respeito da infância. No entanto, devemos assumir que até mesmo em espaços e tempos determinados pelos adultos, as culturas infantis constituem-se nesses espaços de modo para além do previsto e determinado. Posto isso, “a partir das relações sociais diversificadas, as crianças – conscientes ou não dos seus saberes e fazeres – propõem variações no interior de um mesmo sistema de regras geradas pelos adultos, pelas instituições [...]” (GOMES, 2008, p. 181).

Identificamos as pesquisas apresentadas por Coutinho (2002), Gobbi (2004) e Brito (2016) a partir dos desenhos das crianças como expressão da possibilidade de pesquisas que buscam compor a história dos parques infantis a partir de produções próprias do universo infantil. No entanto, as demais pesquisas apresentadas, mesmo que pautadas em estudos da infância (PAULA, 2003; FARIA, 1993, 1999b; FERREIRA, 1996; FONSECA, 1978; TONOLLI, 1996;) ou da história cultural (DANAIOLOF, 2006), não consideraram – ainda – as crianças e suas produções como fontes legítimas de pesquisa. Destacamos com isso que o artigo apresentado, além do intuito de revisitar as produções sobre os parques infantis, busca sugerir e reafirmar a importância das crianças na elaboração de considerações a respeito das instituições educacionais que ocupam.

Reiteramos, por fim, que os trabalhos analisados sugerem outras oportunidades de pesquisa. A noção de urbanidade pode oferecer-nos outras ferramentas para o estudo das instituições escolares idealizadas como parques infantis, em São Paulo, atualmente. A complexidade das cidades e as mobilidades espaciais da vida cotidiana das crianças que ocupam essas instituições contribuiriam tanto com a descrição e compreensão das práticas culturais que se consolidaram, quanto com as práticas educativas realizadas atualmente em escolas antes edificadas em prol de intencionalidades vigorantes dessas instituições. Nesse ínterim, almejamos contribuir, por meio do levantamento realizado, para que sejam facilitadas e estimuladas novas pesquisas nesses espaços, organizados a partir da década de 1930 e modificados pelas crianças e demais atores sociais que ocupam as escolas – antigos parques infantis – atualmente. Posto isso, as crianças podem ser consideradas participantes e protagonistas na construção das escolas e demais instituições escolares que ocupam.

Referências

ABDANUR, Elizabeth F. **Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1938)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

ABDANUR, Elizabeth F. Parques infantis de Mário de Andrade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 36, p. 263-270, 1994.

ARASAWA, Claudio H. **A árvore do urbanismo de Luiz de Anhaia Mello**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BARTALINI, Vladimir. **Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação**. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BERTO, Rosianny C; FERREIRA NETO, Amarílio; SCHNEIDER, Omar. Parques infantis e colônias de férias como espaços/tempos de educação da infância (1930-1940). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 1-12, jan./abr. 2009.

BRITO, Priscila F. **“Foi respeitada a expressão da criança quando disse o que fez”?** - artes nos parques infantis através das fotografias de Benedito Junqueira Duarte. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COFFEY, Amanda. Analysing documents. In: FLICK, Uwe. **The sage handbook of qualitative data analysis**. London: Sage, 2014. p. 367-379.

CORSARO, William. **The sociology of childhood**. Califórnia: Pine Forge, 1997.

COUTINHO, Rejane G. **A coleção de desenhos infantis do acervo Mário de Andrade**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DALBEN, André. Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos. **Urbana**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 3-27, maio/ago. 2016.

DALBEN, André; DANAILOF, Kátia. Natureza urbana: parques infantis e escolas ao ar livre em São Paulo (1930-1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 01, p. 163-177, set. 2009.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANAILOF, Katia. **Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos parques infantis da São Paulo dos anos 1930**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DELGADO, Manuel. **El animal público – Hacia una antropología de los espacios urbanos**. Anagrama: Barcelona, 1999.

FARIA, Ana Lúcia G. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 60-91, 1999a.

FARIA, Ana Lúcia G. As origens da rede pública municipal de educação infantil na cidade de São Paulo. **Proposições**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 34-45, 1995.

FARIA, Ana Lúcia G. **Direito à infância**: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938). 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FARIA, Ana Lúcia G. **Educação pré-escolar e cultura**: para uma pedagogia da educação infantil. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1999b.

FLORESTAN, Fernandes. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1961.

FERREIRA, Anna Angélica R. **Um breve histórico das escolas municipais de educação infantil e dos centros municipais de educação infantil do município de Campinas (1940-1990)**. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

FERREIRA, Márcia dos S. **O centro regional de pesquisas educacionais de São Paulo (1956/1961)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FILIZZOLA, Ana C. B. **Na rua, a “troça”, no parque, a troca**: os parques infantis da cidade de São Paulo na década de 1930. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FONSECA, João P. **Educar, assistir e recrear**: um estudo dos objetivos da pré-escola. São Paulo: Feusp, 1981.

FONSECA, João P. O cinquentenário dos parques infantis de São Paulo: 1935/1985. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1/2, p. 135-148, jan./dez, 1985.

FONSECA, Sérgio C.; FERREIRA, Débora M.; PRANDI, Maria Beatriz R. O Departamento de Educação Física de São Paulo e a interiorização dos parques infantis: o caso de Ribeirão Preto. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 2, set. 2015.

GOBBI, Márcia. Conhecimento histórico e crianças pequenas: parques infantis e escolas de educação infantil em São Paulo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, p. 203-223, 2012.

GOBBI, Márcia. **Desenhos de outrora, desenhos de agora**: o desenho das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. Higienismo. In: GONZÁLEZ, Fernando J.; FENSTERSEIFER, Paulo E. (Org.). **Dicionário crítico de educação física**. v. 1. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 227-228.

GOMES, Lisandra O. O cotidiano, as crianças, suas infâncias e a mídia: imagens concatenadas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 175-193, set./dez. 2008.

GUEDES, Lizandra. **Novas velhas formas de dominação**: os parques infantis e o novo projeto de dominação social. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and reconstructing childhood**. London: Falmer, 1997. p. 7-33.

LEME, Fernanda de L. **Memórias de um parque infantil em Campinas: vestígios do pensamento de Mário de Andrade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.

MAGALHÃES, Cristiane. M. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil - memória, inventário e salvaguarda**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MELLO, Luiz G. R. de Anhaia. Problemas de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, p. 24-26, 1929.

NIEMEYER, Carlos A. da C. **A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: o caso dos parques infantis em São Paulo (1934-1954)**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NIEMEYER, Carlos A. da C. **Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão da cidadania**. São Paulo: Annablume, 2002.

PARK, Robert. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 26-65.

PAULA, Roberta C. de. **Os pequeninhos do parque: a linguagem corporal das crianças pequenas de um parque infantil de Campinas (1942-1952)**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PIZANI, Rafael S. **Recreação, lazer e educação física na cidade de Campinas: um olhar acerca dos parques e recantos infantis (1940-1960)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PRANDI, Maria B. R. **A construção da imagem dos parques infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. 2010.

RAFFAINI, Patrícia T. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo: Humanitas, 2001.

RAPLEY, Tim; REES, Gethin. Collecting documents as data. In: FLICK, Uwe. **The sage handbook of qualitative collection**. London: Sage, 2018. p. 378- 391.

ROCHA, Heloísa H. P. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

RODRIGUES, Fabíola. O plano “Prestas Maia” e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista. **Urbana**, Campinas, v. 4, n. 4, mar. 2011.

SANDRONI, Carlos. **Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade**. São Paulo: Vértice, 1988.

SANTOS, Maria W. **Educadoras de parques infantis em São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Carolina da C. e. **O álbum “Parques infantis” como objeto cultural**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TIMÓTEO, Jhoyce. **A cidade de São Paulo em “escala humana”**: Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, História e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

TIMÓTEO, Jhoyce. Luiz de Anhaia Mello: um pensamento constituído por “diversos mundos que se tocam e se interpenetram”. **Urbana**, Campinas, v. 2, n. 2, 2007. Dossiê: Cidade, imagem, história e interdisciplinaridade, CIEC/Unicamp.

TONOLLI, Maria F. S. **As origens da educação pré-escolar pública municipal em Campinas: o parque infantil da Vila Industrial**. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

WILDEROM, Mariana M. **Espaço educacional contemporâneo: reflexões sobre os rumos da arquitetura escolar na cidade de São Paulo (1935-2013)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Recebido em: 09.04.2018

Revisões em: 08.08.2018

Aprovado em: 25.09.2018

Flávia Martinelli Ferreira é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), mestre e licenciada em educação física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora da Faculdade Anhanguera Educacional, no curso de educação física.

Ingrid Dittrich Wiggers é professora da Universidade de Brasília (UnB), coordenadora do mestrado profissional em educação física escolar em rede e líder do Grupo Imagem. Tem pós-doutorado em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).